



DEPOIMENTO

VILI SANTO ANDERSEN

Em 2003, servidor aposentado da Câmara dos Deputados. Entre outras atividades na Casa, exerceu os cargos de chefe do Serviço de Administração, diretor de Contabilidade e diretor do Departamento de Finanças.

ENTEVISTADORES:

Glória Varela, Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho. Intervenções de Pedro Ivan Pellegrini e Ivanir Geraldo Vianna.

LOCAL:

Brasília

DATA:

8/9/2003

DURAÇÃO:

57 minutos

TÓPICOS:

Ingresso na Câmara dos Deputados; atendimento datilográfico aos deputados; aquisição de conhecimento sobre os trabalhos legislativos; projetos de lei “pitorrescos”; política administrativa da Casa; perda dos direitos adquiridos na época de Fernando Collor; fechamento do Congresso em 1966 e 1968; troca de tiros entre deputados; dificuldade de adaptação dos funcionários que vieram do Rio de Janeiro; processos de desligamento por abandono de cargo; aumento do número de servidores; acréscimos dos edifícios anexos; importância do Congresso para a manutenção da democracia.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Para começar, o senhor poderia contar quando e em que circunstâncias o senhor entrou para a Câmara?

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – Isso aconteceu em 1965, em plena Revolução Redentora, Revolução de 1964. Eu era sargento do Exército, servia no gabinete do ministro do Exército – naquela época, ministro da Guerra – no Rio de Janeiro. Como todos os órgãos públicos tinham de se transferir para a capital da República, inaugurada em 1960, o Gabinete se transferiu para Brasília e eu tive de acompanhar.

Ao chegar em Brasília, comecei a tomar contato com a nova capital. A cidade ainda tinha muita coisa por fazer. O gabinete ficava na Esplanada dos Ministérios e, de lá, do 8º andar, víamos esse monumento que é o edifício do Congresso Nacional, e até sonhávamos.

Vou confessar aqui. Quando somos pequenos, as pessoas costumam perguntar o que você vai ser quando crescer. E as crianças têm as idéias mais absurdas. Confesso que nunca tive essa preocupação e nem sei se me perguntaram isso. Mas a verdade é que até hoje eu me pergunto o que vou ser quando crescer. Cresci e ainda estou buscando a minha vocação. Dizem que, para se fazer alguma coisa útil na vida, é preciso ter vocação. Eu não sei se sou “desvocacionado” ou então realmente não consegui ainda descobrir a minha.

Não sei se posso contar uma história: eu tinha sete anos, no Rio Grande do Sul meu pai tinha uma gleba de terra pequena, com umas poucas vacas, e eu recolhia os bezerros – no Rio Grande do Sul chamamos de terneiros, aqui no Planalto Central é bezerro. E eu os recolhia ao curral todos os dias às 4 horas da tarde montado num cavalo pequeno, que lá no Rio Grande do Sul se chama petiço. Um dia a cincha, que segura a sela, foi mal colocada, e quando fui recolher os animais no campo, caí e fracturei o braço. Deixei cavalo e tudo no campo e corri para Casa. Ao chegar, coloquei o braço sobre a mesa mostrei para minha mãe, tinha uma fratura exposta.

Desde ali, nunca mais montei a cavalo. Aos 17 anos morava em Uruguaiana, fronteira do Brasil com a Argentina e tinha de me alistar no Exército. Na cidade havia um quartel-general e um batalhão de cavalaria. Não ia fugir do cavalo. Aquela fratura exposta me marcou profundamente. Camacua, cidade do acidente, fica a 100 Km de Porto Alegre. E não me levaram para a cidade. Chamaram o vizinho. “Como vamos fazer com o braço do menino?” “Ah, isso a gente resolve!” Prepararam uma tala de bambu, costuraram com um pano grosso, um puxou de um lado, outro de outro e, aparentemente, o osso foi para o lugar. E enrolaram aquela tala de bambu no braço. Quinze dias depois abriram para ver como estava. Do mesmo jeito, o osso

para fora. Aí, meu pai se preocupou e me levou para Porto Alegre. Lá, quebraram o braço de novo e colocaram o osso no lugar. Mas a marca do cavalo ficou.

Quando chegou a época de servir o Exército... “Meu Deus do Céu! Vou de novo montar.” E o que fazer? Eu estava na 3ª série do antigo ginásio. Não podia fazer escola preparatória porque não tinha o ginásio completo, não podia cursar a Academia de Agulhas Negras porque não tinha o então científico. Era preciso fazer alguma coisa. Até que surgiu a idéia: “Por que você não faz o concurso para a Escola de Sargentos das Armas, em Três Corações? Não exige 1º grau nem 2º grau. Livre.” Fiz, então, o concurso e passei. Um ano de escola e saí sargento do Exército. Não era minha vocação ser militar, mas tinha de servir ao Exército, servir à pátria.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor disse há pouco que quando estava no gabinete do então ministro da Guerra olhava para o prédio do Congresso e pensava em trabalhar aqui algum dia. Qual era a motivação para o senhor vir para a Câmara?

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – Continuo dizendo que a motivação era muito frágil, eu não sentia aquela atração irresistível, mas diziam, já naquela época, que o funcionário da Câmara ganhava bem. Eu era primeiro-sargento do Exército e, se aprovado na Câmara, eu passaria a ter vencimentos correspondentes a cabo; menor que de terceiro-sargento, mas eu achei que não tinha vocação para ser militar. Não tinha aptidão para a guerra. Me iluminava a paz. Eu estava no lugar errado e tomei a decisão, fiz o concurso e, aprovado, troquei o uniforme verde-oliva pelo paletó e gravata.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor fez concurso para qual função?

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – O concurso, o primeiro que houve na época, foi o de auxiliar legislativo; e vim ser datilógrafo da Câmara.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor tem alguma lembrança de alguma característica do trabalho que chamou sua atenção? De imediato, o senhor sentiu a diferença da vida militar?

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – Sim, era diretor-geral da Câmara o Dr. Luciano Brandão Alves de Souza. Quando fui entrevistado no Departamento de Pessoal, para posse, acharam que a minha lotação apropriada deveria ser na Biblioteca. Mas havia um pedido do diretor de Segurança, Dr. José de Carvalho França, que soube que eu era militar e deveria ir para a Diretoria de Segurança. Era primeiro-secretário

o deputado José Bonifácio. No Rio de Janeiro, a segurança do Palácio Tiradentes era feita pela Guarda Civil, pela Polícia Civil e pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. E a Câmara, naquela época, pretendia organizar uma Guarda paramilitar, instituir uniformes, ter um uniforme de serviço, um uniforme de gala, para as grandes solenidades da Câmara. Então, o diretor-geral e o diretor de Segurança acharam que eu seria mais útil servindo à Diretoria de Segurança. E para lá fui levado, para a Diretoria de Segurança. Fui fazer escalas de serviços, de plantões, de horários, essas coisas assim. Também, naquela época, existia ao lado do plenário a sala do café, uma sala privativa – não havia o secretariado parlamentar. Nessa sala, os deputados tinham a sua disposição doze ou quinze máquinas de escrever, e cinco ou seis datilógrafos, auxiliares legislativos, os quais exerciam a função de datilografar os discursos dos deputados – que não tinham secretários nem faziam isso – os requerimentos de informações e projetos de lei. Essa sala, que não era vinculada a nenhum órgão administrativo, por questão de disciplina ficou vinculada à Diretoria de Segurança. E o diretor determinou que eu fosse prestar serviço nessa sala do plenário, na sala do café. Foi lá que comecei, então, efetivamente, a tomar conhecimento do trabalho legislativo da Câmara. Lá, realmente, aconteceram fatos interessantes: deputados confundiam-se com funcionários, achando que nós também éramos deputados; qual era o estado que nós representávamos – perguntavam. “Não, deputado, eu sou funcionário da Casa.” “Ah, então chega aqui, vem datilografar esse discurso, prepara esse projeto de lei.” E era realmente um trabalho dignificante, a gente ficava até certo ponto entusiasmado, empolgado, porque alguns deputados atribuíam (depois de adquirir confiança) ao funcionário o encargo de preparar até projeto de lei. Recordo que também tinha aqueles que não vou chamar de “deputados folclóricos”, mas eram inusitados. Lembro do deputado Eurico de Oliveira, do Rio de Janeiro, muito preocupado com as questões sociais, sobretudo as do seu estado. Certa vez ele me abordou e disse: “Ô, funcionário, por favor, vamos preparar um projeto de lei abolindo a inscrição ‘Ordem e Progresso’ da bandeira do Brasil.” Eu ponderei: “Deputado, em plena revolução apresentar um projeto de lei” – em 65 já estava consolidada a revolução – “pedindo para retirar a inscrição ‘Ordem e Progresso’ da bandeira do Brasil pode parecer um desafio.” Ele convenceu-se e abandonou a idéia. Outra vez, por exemplo, ele foi assistir, acho que em Uberaba ou Uberlândia, à matança de bois num frigorífico e assistiu a uma cena horrível. A matança do boi, realmente, é uma cena pesada. O animal é colocado em um brete – no Rio Grande nós chamamos de brete; aqui no Planalto chamam de tronco. O cidadão, com um machado, dá uma machadada no centro da cabeça do boi. O deputado ficou apavorado com a cena; achou extremamente dolorosa. Na segunda-feira, ele chega na sala e determina: “Meu amigo, vamos fazer um projeto

de lei suavizando, amenizando o sistema de matança de boi no Brasil.” Como fazer o projeto...? Não sei... acho que até hoje ainda se mata boi dessa maneira, não sei se há outro sistema: injeção, aplicação de um líquido letal que possa matar o boi. Realmente, é doloroso. Mas, confesso, disse ao deputado que não tinha condições de elaborar o projeto de lei. Coisas assim aconteciam nessa sala. Recordo-me de outro fato: o deputado Daso Coimbra, também do Rio de Janeiro, deputado interessante. Acho que inicialmente ele gostou do meu trabalho. Ele tinha um livro de 365 folhas. Cada folha tinha o nome e o endereço de um aniversariante do estado do Rio de Janeiro. Então, diariamente, ele chegava na sala privativa e solicitava: “Olha, vamos preparar aqui cartão de felicitações aos aniversariantes desta página.” – era correspondente àquele dia. A página cheia: 40, 50, 60 nomes. E depois tinha que dactilografar o envelope. Realmente era um trabalho proveitoso para o deputado, mas a gente sofria, a gente achava que era capaz de fazer alguma coisa mais útil. Mas era um trabalho próprio da sala privativa. Importantes decisões da República foram tomadas, alinhavadas e acordadas na sala do café.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E depois, na sua carreira funcional, o senhor foi para qual posto?

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – Outro detalhe interessante é que, naquela época, 1965, 1966, os inquéritos administrativos eram feitos por comissões constituídas por funcionários diversos (a falta do servidor, abandono de cargo, por exemplo, e outros), o que resultava em processos despadronizados. O deputado José Bonifácio, então primeiro-secretário, achou que havia muita divergência, muita diferença nos pareceres e na conclusão dos inquéritos, às vezes até pelo mesmo motivo. Então, o que fez a Diretoria-Geral? Passou a atribuição de todas as Comissões de Inquérito Administrativo para a Diretoria de Segurança, permanentemente. Todos os anos, então, era nomeada a Comissão. O diretor de Segurança, na época, Dr. Ângelo José Varela, era sempre o presidente da Comissão Administrativa e eu passei a ser o secretário permanente. Isso originou a minha remoção da sala privativa para a Diretoria de Segurança, e fiquei lá quase dez anos fazendo os relatórios, os atos, e todo aquele ritual da Comissão de Inquérito. Algum tempo depois, em 1972, quando ocorreu a primeira grande reforma administrativa da Câmara, a do plano de carreira... O Dr. Luciano convidou para ser diretor de Finanças da Câmara o então diretor da Coordenação de Segurança, Ângelo José Varela, que tinha sido deputado estadual no Rio Grande do Norte e secretário de Finanças. Eu, que fazia já o papel de secretário particular do diretor, fui transferido, removido da Diretoria de Segurança para o então Departamento de Finanças. Lá, algum tempo depois, fui nomeado chefe do Serviço de Administração. O Departamento de Finanças tinha,

na época, três coordenações: a Coordenação de Administração Financeira, a Coordenação de Contabilidade e a Coordenação de Pagamento de Pessoal. A Coordenação de Administração Financeira fazia o orçamento da Câmara antes da despesa; a Coordenação de Contabilidade fazia a escrituração do orçamento depois da despesa; e a Coordenação de Pagamento de Pessoal elaborava a folha de pagamento dos deputados e dos funcionários. Naquela ocasião, era diretor da Administração Financeira José Carlos Padilha Vidal, já falecido; era diretor da Contabilidade José Soares da Rocha, que veio a falecer em 1976. Ele sofria de cardiopatia grave. Sofreu um enfarto em pleno expediente. Foi atendido pelo Dr. Francisco Pinheiro da Rocha, no Serviço Médico da Câmara, que nada pôde fazer. Em consequência, fui indicado para ser diretor da Contabilidade e assumi a Coordenação. A minha formação é Direito. Sou bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro. Fui dirigir uma equipe de contadores. Isso causou, na oportunidade, um certo constrangimento. Não aos contadores, mas ao auditor da Câmara, que era também presidente do Conselho Regional de Contabilidade, que fez um ofício à Direção da Câmara pedindo a substituição do diretor de Contabilidade, alegando que o cargo deveria ser atribuído a um contador. Esse expediente foi dirigido ao presidente da Câmara. Não sei, até hoje, qual a solução que foi dada ao expediente. Caso semelhante aconteceu com o Sr. Aristeu de Melo, na Biblioteca. Ele era diretor da Coordenação de Divulgação, não era bibliotecário, e foi nomeado diretor do Centro de Documentação e Informação. Ah, houve também um movimento interno de protesto dos bibliotecários, mas tudo se resolveu. Com a aposentadoria do Dr. Ângelo José Varela, assumiu o Departamento de Finanças o Dr. José Carlos Padilha Vidal. Mais tarde, transferido para a Diretoria Administrativa, vagou o Departamento de Finanças, e eu fui, então, nomeado, ainda pelo Dr. Ademar Sabino, diretor do Departamento de Finanças e Controle Interno. E lá completei os meus quarenta anos de serviço.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Quando é que isso aconteceu? O senhor se aposentou, não é?

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – Aí me aposentei.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Em que ano foi isso?

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – Em fevereiro de 1991, naquela ameaça do presidente Fernando Collor de retirar direitos adquiridos dos funcionários: anuênio e algumas outras vantagens. Houve uma leva grande de funcionários que se aposentou na época. E, até a contragosto do diretor-geral, Dr. Sabino, que atendendo a uma

razão maior – de resguardar direitos adquiridos – permitiu que os funcionários se aposentassem.

A SRA. ENTREVISTADORA – E, no final, alguém sofreu alguma sanção em função dessas medidas do Collor? Não, não é? Isso não foi adiante.

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – Não, apenas o anuênio, naquela oportunidade, acabou. Nós tínhamos um anuênio privilegiado na Câmara, no Poder Legislativo. Se não me engano, o primeiro anuênio correspondia a um aumento de 15%; o segundo, mais 5%. Em consequência, realmente os funcionários da Câmara perderam esse benefício privilegiado.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Queria puxar pela sua memória e ver os grandes momentos que o senhor acha que a Câmara viveu. Fatos de destaque na Câmara que o senhor acompanhou: grandes votações ou algum fato histórico. Do que o senhor se lembra?

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – Bom, são assuntos políticos. Me recordo de alguns deles. Inclusive, em 1968, eu estava aqui há apenas cinco anos, houve o fechamento da Câmara; o AI-5, baixado pelo então presidente Costa e Silva, que havia sido meu ministro lá no gabinete, no então Ministério do Exército. O Congresso foi cercado na época, houve uma resistência velada. Lembro que cortaram água, cortaram luz. [Esses cortes de energia e água aconteceram em outubro de 1966, por ocasião da cassação de cinco deputados, quando o presidente da Câmara, deputado Aducto Lúcio Cardoso, declarou que os atos de cassação teriam de estar sujeitos à homologação das Casas do Congresso Nacional e abrigou os deputados dentro do prédio da Câmara dos Deputados para maior proteção e segurança pessoal. Esse episódio terminou com a invasão do Congresso pelos militares e a suspensão dos trabalhos legislativos.] Mas confesso que, como a Câmara tem duas grandes Diretorias, uma Legislativa e outra Administrativa – e eu sempre pertenci, sempre fiquei do lado de cá, na Diretoria Administrativa – e o funcionário da Câmara, em princípio, é apolítico. Eu não convivi, assim, com essas irregularidades da época. Agora, fatos que eu poderia mencionar: lembro-me de que, na década de 1960, quando ainda estava na Segurança, houve um fato de repercussão nacional, até depondo contra o Poder Legislativo. A Segurança tinha as atribuições de assegurar e resguardar as condições físicas dos deputados. Havia, naquela época, na Câmara, o deputado Oséas Cardoso, do estado das Alagoas, e, no Senado, o senador Silvestre Péricles, também das Alagoas. Eram desafetos. E a Segurança tinha a atribuição de garantir as condições físicas dos parlamentares, quando no edifício do Congresso

Nacional. Então, eles eram monitorizados na Casa. Em 1968, não tínhamos telefone celular, não tínhamos esse rádio que a Polícia hoje tem para se comunicar. Então, era tudo feito com muita dificuldade. A Câmara adquiriu alguns bips – hoje ainda tem alguns por aí – e se valia deles para a comunicação. E o segurança da Câmara acompanhava o deputado: se ele ia à biblioteca, o guarda acompanhava; se ia ao mictório, acompanhava; se saía da Casa, ficávamos, então, aliviados. Quando o senador passava, nas sessões do Congresso, para a Câmara, esta assumia sua proteção. Graças a Deus, não houve nenhuma ocorrência, nenhum encontro físico entre os dois parlamentares.

O mesmo não se pode dizer em relação aos deputados Souto Maior e Nelson Carneiro, que também eram desafetos. Eu me recordo de que, certo dia, às 3 horas da tarde, estávamos todos na Diretoria de Segurança – que ficava mais ou menos onde está hoje o Espaço Cultural –, quando os dois deputados se encontraram em frente à agência do Banco do Brasil. Estávamos na Segurança quando houve um estampido e logo depois outro, e outros. O diretor Ângelo José Varela foi o primeiro que interrompeu o trabalho, pois reconheceu que se tratava de tiros. Há uma particularidade na vida do Sr. Ângelo José Varela: quando ele foi deputado estadual, no Rio Grande do Norte, ele foi alvejado. Ele tem até hoje um projétil na cabeça, que é melhor conservá-lo onde está do que tentar retirá-lo. Em consequência dessa decepção, ele abandonou a carreira política, apresentou-se à Câmara e retornou aos quadros da Casa. Ele conhecia bem estampidos de arma de fogo. “É um tiro!” – disse. E corremos todos para o local. Quando chegamos ao *hall* do Banco do Brasil – não havia aquela parede que separa as agências, aquela escada que sobe para o Salão Verde era imponente no centro do salão –, estavam dois corpos no chão estirados, alvejando-se um ao outro. Nelson Carneiro de um lado, e do outro o Souto Maior. Nenhum deles fora mortalmente ferido. O deputado Souto Maior foi atendido no Hospital Distrital, o deputado Nelson Carneiro não foi atingido. Foi um fato do qual participei, que vi acontecer e que realmente teve grande repercussão nacional, ocorrido aqui no Congresso.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Voltando um pouco aos inquéritos administrativos, eles eram freqüentes? Era comum, ou era um caso ou outro isolado? Como era isso?

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – Eram freqüentes, naquela época era muito comum a ocorrência de abandono de cargo. O funcionário se ausentava, ia para o Rio de Janeiro e não voltava em 8 dias, nem em 15 dias; decorria o prazo de 30 dias, não se apresentava por qualquer motivo, instalava-se o inquérito. Havia outras

desavenças de pequena monta, mas a maioria dos motivos de abertura de inquérito era em razão de abandono de cargo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O pessoal que não se adaptava em Brasília?

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – Alguns funcionários, vários deles, vieram sós, deixaram a família no Rio de Janeiro. Isso criou certa dificuldade. Nós tínhamos aqui funcionários que faziam coisa parecida com o que fazem hoje os deputados, só que os deputados retornam ao estado na quinta-feira à noite e voltam a Brasília na terça-feira pela manhã; o funcionário saía na sexta-feira à noite, pegava um ônibus noturno, e chegava aqui segunda-feira de manhã. Alguns demoravam mais e não conseguiam assinar o ponto retroativamente. Então, eram submetidos à Comissão de Inquérito.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Fazendo uma avaliação desse período que o senhor trabalhou na Câmara, era melhor trabalhar naquela época do que hoje? Faça uma comparação entre o funcionário daquela época e o funcionário – não o de agora, porque o senhor já se afastou – de quando o senhor se aposentou.

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – Senti realmente uma grande diferença. Eu, por exemplo, fui o funcionário nº 1.274. Quando a Câmara veio para Brasília, houve uma renumeração de matrícula dos servidores. Então, nós éramos mil e poucos funcionários. Depois houve outros concursos, 1.500, 1.600, 1.800, 2.000. Quando me aposentei, em 1991, a Câmara já tinha mais de 5.000 funcionários. A Câmara cresceu extraordinariamente. Depois se criou o secretariado parlamentar. A primeira leva era de 3 secretários. Depois passou para 5, 7, 8. Hoje acho que são mais de 15 ou 20 funcionários. Evidentemente que não estão todos aqui, porque os deputados os utilizam também no estado, isso fez crescer extraordinariamente a Câmara.

Em 1965, quando tomei posse, somente havia o Anexo I. Depois, foram construídos os Anexos II e III. Com a criação do secretariado parlamentar e a disposição de dar a cada deputado um gabinete, foi construído o Anexo IV. Evidentemente que o conforto dispensado ao funcionário, o atendimento ao servidor da Câmara, não acompanhou esse crescimento. São louváveis agora essas iniciativas da Câmara de prestigiar o funcionário, de dar-lhes oportunidades como a de recuperar agora, como está sendo feito, a memória do Congresso, do Poder Legislativo. Na época não havia essa preocupação.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Que outras implicações o senhor vê nesse crescimento, além de um certo desamparo que o funcionário passou a sofrer?

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – A aposentadoria do servidor, me parece ser a maior preocupação do Estado. O presidente Fernando Henrique Cardoso acha que o funcionário deveria viver aposentado apenas 5 anos. Eu estou aposentado há 11. Há funcionários aposentados há 15, até há 20 anos e estão, aí, onerando o Tesouro. Isso deve ter-lhe causado algum desconforto, pois ele muito insistiu na reforma da Previdência Social e na taxação do aposentado. E essa ameaça ocorre de novo agora no governo do presidente Lula.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Eu queria voltar um pouco à CPI. Nessa época, estava praticamente no início da revolução. Soubemos por outros depoimentos que houve um servidor que foi afastado por conta de suas convicções. Então eu pergunto: na sua atividade, em algum momento, a revolução teve influência em processos em andamento? Algum processo surgiu por conta disso ou vocês não tinham acesso a esse tipo de...

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – A Comissão era o trabalho inicial para apurar as razões do afastamento. Como eu disse anteriormente, a maioria dos inquéritos administrativos eram sobre abandono de cargo, muitos evidentemente influenciados por razões políticas, mas a Comissão de Inquérito Administrativo não fazia a apreciação política do caso. Posteriormente, quase todos os que foram demitidos retornaram por decisão da Justiça. A Comissão, em nenhum caso, propôs a demissão de servidor em razão de suas convicções.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Este projeto se desencadeou por conta das comemorações dos 180 anos do Poder Legislativo. Gostaríamos de ouvi-lo fazer uma avaliação do Poder Legislativo, do seu desempenho ao longo desses anos e de sua importância para nossa vida como cidadão. Ex-servidor da Casa, como você vê isso?

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – Penso que o sistema democrático é o único válido para a convivência humana. Entendo que o Poder Legislativo desenvolve e desempenha extraordinário papel para manutenção da democracia. O Brasil tem dado exemplos de firmeza. Nessa época moderna, que se poderia chamar de Nova República, verificamos a consistência do Poder Legislativo. A Constituição de 1988 foi benéfica em todos os aspectos, alguns até exagerados, mas no aspecto institucional é evidentemente uma das mais avançadas.

Hoje o mundo está sendo dirigido pelo sistema parlamentar. Ainda continuamos no Brasil com o sistema presidencialista. Houve, no início, um movimento no sentido de já em 1988 adotarmos o sistema parlamentar, o que não prosperou. Mas acho que o Brasil ainda está dando conta do recado com o sistema presidencial. Quem sabe futuramente a nação venha a adotar sistema mais prático de substituição, sem golpe, sem trauma. Graças a Deus, a firmeza do sistema democrático atual tem-nos garantido paz democrática.

Nesta oportunidade em que o Congresso festeja os 180 anos do Poder Legislativo, vemos o benefício dessa firmeza, da consolidação democrática que considero exemplo para o mundo.

Eu sempre fui apolítico, porque assim deve ser o funcionário da Câmara, mas todos temos um sentimento político, que está dentro de nós. Ainda que o funcionário não manifeste, ele sente e sabe o que é bom para a nação, para o seu povo e seus irmãos. Repito: a forma democrática me parece a melhor para a convivência humana. Louvo a Câmara pela iniciativa dos festejos dos 180 anos do Poder Legislativo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Há alguma coisa que não perguntamos que o senhor acha importante mencionar ou deixar registrado? Algum comentário que o senhor queria fazer?

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – Não me ocorre no momento nada mais que eu pudesse dizer para enriquecer o trabalho dos senhores.

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pellegrini) – O senhor foi diretor do Departamento de Finanças, eu só não escutei por quanto tempo.

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – De 1988 a 1991.

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pellegrini) – O Anexo IV foi construído nessa época?

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – Não, não, foi bem antes. Não recordo exatamente a data, mas foi na década de 70.

O SR. ENTREVISTADOR (Ivanir Geraldo Vianna) – O mestre disse que veio do Rio, de onde também sou egresso. O senhor também foi formado no tempo do Caco?

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – Sim, no tempo do Caco.

O SR. ENTREVISTADOR (Ivanir Geraldo Vianna) – Pois é, porque eu sou de lá também e me lembro dessa fase. Eu era garoto ainda, pode-se dizer, quando procurei meu primeiro emprego com o João Pinheiro Neto. Lembro-me de que a Adalgiza Nery, uma grande poetisa, nossa conterrânea, disse que eu era louco, porque fervilhava nossa Casa de tradições, Jânio Quadros etc. Pergunto apenas, no saudosismo que evocou as minhas lembranças da nossa juventude, como ficou o braço do garoto e se hoje ele tem pé nessas lembranças que nos transmitiu de forma tão pujante.

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – O braço fraturado aos sete anos de idade foi corrigido, graças a Deus, ficou perfeito. Mas valeu, porque é bem possível que tenha iniciado ali essa caminhada que resultou na minha presença hoje aqui, na minha participação no Congresso Nacional por 25 anos, e por 15 anos sargento do Exército Brasileiro. E agora aposentado e muito ligado ainda à Câmara por pertencer à Associação dos Servidores Aposentados da Câmara, com o Dr. Jolimar Correia Pinto. A Associação nasceu para defender os direitos dos funcionários aposentados, sobretudo os da Câmara. Lá, sou coordenador do jornal *Voz Ativa* (pelo menos uma vez por mês aparece sobre a mesa dos senhores um exemplar desse jornal, que é feito com muito carinho). Um jornalista amador, eu diria. Ele possui um suplemento literário, do qual também participo, resultado de enquete feita com os funcionários aposentados que manifestaram a vontade de ter um órgão onde pudessem extravasar a sua veia literária. A Câmara sempre sentiu falta desses procedimentos. Hoje, graças a Deus, já contamos com iniciativas no sentido de aproximar e de prestigiar os dotes e talentos literários dos funcionários da Câmara. A história registra grandes exemplos. Francisco Joaquim Barbosa foi funcionário da Câmara – não veio para Brasília, ficou no Rio de Janeiro –, foi membro da Academia Brasileira de Letras. Todos conhecem Anderson Braga Horta, vencedor do prêmio literário Jabuti, de 2001, e também Joanyr de Oliveira, com vários livros publicados. Há expressões vivas na Câmara dos Deputados despertadas para a literatura e que, aposentadas, continuam desempenhando esse importante papel. Ficaram esquecidos, na época, adormecidos, quem sabe, atrás das mesas dos gabinetes, mas, agora, libertos, enriquecem a literatura do Brasil.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Além da saudade e do canal de expressão, quais as outras demandas dos aposentados da Câmara dos Deputados?

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – A grande preocupação atual é esta pecha que nos querem atribuir: a de taxar os funcionários aposentados dessa tributação à Previdência Social; a paridade na remuneração; a correção de vencimentos; e a

exclusão de uma série de outros benefícios. A Associação está prevenida, alerta, e acompanhando. Tenho a impressão de que o último recurso será o Supremo Tribunal Federal. Além dessa defesa séria e entusiasmada em favor de todos os funcionários da Câmara – não só dos aposentados –, mas também do lazer e de melhor qualidade de vida. A Câmara possui duas associações: Ascade e ASA. Os funcionários começam na Ascade e terminam na ASA. Realmente, o campo de luta é muito vasto. O aposentado não pode parar, evidentemente. A aposentadoria causa certa trepidação no sentimento, não só por pensarmos que podemos nos tornar inúteis. Não é simplesmente isso, mas por perdermos o contato com a idéia de utilidade efetiva. Lembro-me de Manuel Bandeira, imortal duas vezes das letras pátrias e do mais alto instituto literário do Brasil, a Academia Brasileira de Letras. Um pequeno poema seu diz: “Andorinha lá fora está dizendo:/ – Passei o dia à toa, à toa!/ Andorinha, andorinha, minha cantiga é mais triste!/ Passei a vida à toa, à toa...” Não percebemos isso nos 35, 40 anos, porque temos a esperança de ainda fazer alguma coisa, criar, construir, edificar. Se ainda não fizemos, ainda vamos fazer. É triste quando nos aposentamos, olhamos para trás e vemos que não fizemos nada, que não construímos nada; é muito comum esse sentimento no funcionário público. Raros são os funcionários que se projetaram. Vejam, temos poucos nomes: diretor-geral da Câmara, Dr. Luciano Brandão Alves de Souza, foi ministro do Tribunal de Contas; Dr. Paulo Afonso Martins de Oliveira, secretário-geral, foi também ministro do Tribunal de Contas; Dr. Henrique Eduardo Hargreaves, foi chefe da Casa Civil no governo do presidente Itamar Franco. Pinçamos poucos funcionários que se projetaram, porque passaram o tempo preocupados com a ação legislativa, com o entusiasmo de servir à Pátria, servindo à Câmara, trabalhando na Câmara. É o que eu poderia dizer.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Agradecemos ao senhor sua presença, sua participação neste projeto. Muito obrigada.

O SR. VILI SANTO ANDERSEN – Eu é que agradeço. Modestamente, espero ter contribuído de alguma forma. Há pessoas que fazem acontecer e há aquelas que apenas vêem o que está acontecendo. São dois extremos. Coloco-me num ponto de equilíbrio, no centro: se não fiz acontecer, pelo menos me interessei em acompanhar e me dedicar para bem servir à Casa onde trabalhei – a Câmara dos Deputados – por 25 anos.